

A Mobilização Empresarial pela Inovação: Agenda de Trabalho



Adilson Primo

São Paulo - 4/2/2011

O Brasil voltou a ter uma **política industrial explícita** nos últimos anos

Apesar da crise ter comprometido o atingimento das metas, **a PDP foi um avanço**, em especial pela identificação, em conjunto com o setor privado, de gargalos e oportunidades de investimento

No tema inovação, a PDP inovou ao estabelecer metas para o gasto em P&D, **mas a inovação continuou com**

uma agenda macro, sem abordagens setoriais, capazes de dar concretude para a agenda geral

Os programas estratégicos da PDP por áreas de conhecimento (bio, nano, etc.) serviram para melhorar um pouco nossas capacitações científicas, mas não tiveram qualquer impacto econômico

A avaliação da PDP realizada pela CNI é um bom ponto de partida para esta discussão para avançar na agenda de P&D e dar um impulso ao tema da inovação

Avaliação da Política Industrial Brasileira

Os pontos fortes da PDP foram o foco na produção, a articulação institucional e a diversidade dos instrumentos mobilizados

Mas ocorreram fortes assimetrias na implementação - área tributária com implementação rápida, porém com alcance restrito

A área de financiamento evoluiu, com BNDES. **Em contrapartida, os programas estruturantes, com foco setorial, avançaram pouco.**

Avaliação da Política Industrial Brasileira

O ritmo de implementação dos Programas Estruturantes foi desigual e refletiu a capacidade de mobilização dos diferentes segmentos

Os poucos programas que mais avançaram foram aqueles que contaram com demanda, como os investimentos da Petrobras (*cluster* óleo e gás)

No componente inovação da PDP, avançamos pouco. Os resultados da balança comercial deixam evidente que as políticas em curso não têm sido capazes de alterar a realidade do atraso tecnológico do Brasil

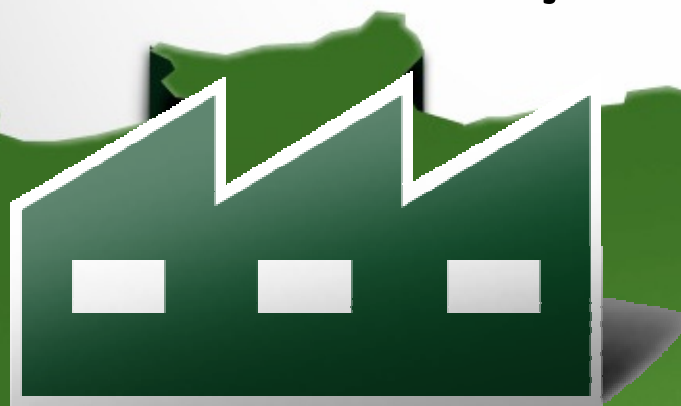
Uma Agenda para a MEI

- ✓ Nos últimos meses debatemos um conjunto de temas substantivos, que esperamos possam mudar o quadro da inovação e melhorar nossas políticas públicas;
- ✓ Mais importante que tudo é que organizamos um **consenso** acerca de quais são as questões relevantes e que devem orientar nossa pauta de trabalho;
- ✓ A síntese a seguir é um roteiro para os encontros da MEI que estão programados para os próximos meses;
- ✓ O essencial é dar um **sentido de urgência** para esta agenda, pois o quadro que se desenha é de inúmeros desafios à competitividade e de ações muito contundentes por parte de nossos principais concorrentes internacionais.



Uma Agenda para MEI

1. **Atração de Centros de P&D**
2. **Internacionalização de empresas - presença brasileira no exterior**
3. **Propriedade Intelectual - cultura e melhoria da infraestrutura pública**
4. **Recursos humanos – ênfase em engenharia, “ciências-duras” e ensino técnico**
5. **Marco Legal de Inovação – aprimorar os incentivos à inovação**
6. **Apoiar projetos estruturantes e P&D em grande escala**
7. **Projetos de P&D Pré-Competitivo – definir instrumentos de apoio**
8. **PMEs – reduzir os diferenciais de produtividade entre grandes e PME**
9. **Inovar para o mundo – articular inovação e comércio exterior**
10. **Programas Setoriais de Inovação – políticas por setores e cadeias (PDP)**



1. Atração de Centros de P&D

- ✓ Ter uma conduta ativa na atração de atividades de P&D de empresas transnacionais, prospectando oportunidades;
- ✓ Implantar a Sala de Inovação como fórum de políticas específicas de atração de centros de P&D para o país;
- ✓ Fortalecer o ambiente institucional, político, educacional, bem como melhorar as condições macroeconômicas, para tornar o Brasil um país atrativo para multinacionais investirem em P&D.

2. Internacionalização das Empresas

- ✓ Fomentar a internacionalização das empresas brasileiras, como mecanismo de melhoria de nossa inserção internacional;
- ✓ Apoiar a compra de ativos no exterior, como forma de abreviar a trajetória de criação de capacitação tecnológica das empresas;
- ✓ Dar incentivos a investimentos em P&D no exterior que sejam complementares aos realizados pelas empresas brasileiras no país.

3. Propriedade Intelectual

- ✓ Aparelhar o INPI para poder reduzir o prazo de concessão de patentes e outros registros de propriedade intelectual;
- ✓ Modernizar o INPI de forma a operar com padrões de eficiência dos escritórios mais avançados de propriedade intelectual do mundo;
- ✓ Fortalecer a cultura de propriedade intelectual, com ações voltadas especialmente para PME.

4. Recursos Humanos

- ✓ Dar grande ênfase ao ensino superior em engenharia e “ciências-duras”, com programas emergenciais e de grande escala para a graduação;
- ✓ Ampliar significativamente o ensino técnico e tecnológico no país;
- ✓ Inserir conteúdo e práticas de empreendedorismo e inovação, do ensino fundamental à pós-graduação;
- ✓ Facilitar a mobilidade de recursos humanos qualificados, com a atração de pessoal qualificado e o envio de jovens ao exterior.

5. Marco Legal para Inovação

- ✓ Reduzir a insegurança nos incentivos da Lei do Bem: (Instrução normativa da SRF que esclareça procedimentos) e ampliar o escopo das empresas potencialmente elegíveis (lucro real para presumido);
- ✓ Aprimorar a subvenção: adequar contrapartidas, admitir despesas de capital; operar o FUNTEC no apoio às empresas; rever as prioridades;
- ✓ Otimizar e ampliar programas estruturantes e contínuos;
- ✓ Linhas de fomento para projetos pré-industriais e plantas piloto;
- ✓ Marcos regulatórios setoriais que incentivem a inovação e rever regulamentações que colocam obstáculos à inovação

6. Projetos Estruturantes e P&D em grande escala

- ✓ Consolidar a interpretação de que o apoio a grandes projetos é essencial para o desenvolvimento tecnológico da indústria;
- ✓ Tornar o fomento a grande projetos elegível para os Fundos de P&D e evitar engenharias financeiras complexas no fomento a estes projetos;
- ✓ Aportar recursos adequados para projetos estratégicos de grande porte e em áreas estratégicas da PDP.

7. P&D Pré-Competitivo

- ✓ Consolidar o entendimento de que o P&D pré-competitivo é essencial para o desenvolvimento tecnológico da indústria;
- ✓ Incluir o P&D pré-competitivo como elegível para os fundos públicos e aplicar esse modelo para áreas estratégicas da PDP II, com ênfase na indústria de processo;
- ✓ Estudar modelos institucionais de cooperação entre setor público e privado para P&D pré-competitivo (consórcios, OS, etc.);

8. Inovação para PMEs

- ✓ Dar prioridade à redução dos diferenciais de produtividade que existem entre PMEs e grandes empresas no Brasil;
- ✓ Fomentar a melhoria da gestão da inovação, a difusão de tecnologia e os serviços técnicos e tecnológicos voltados às PMEs;
- ✓ Apoiar arranjos produtivos locais e cadeias de fornecedores, como forma de atuar em larga escala na melhoria da inovação nas PMEs.

9. Programas Setoriais de Inovação

- ✓ Incorporar uma forte agenda setorial na política de inovação, com metas e objetivos estratégicos para cada segmento da indústria;
- ✓ Definir ações setoriais específicas para cada segmento e atuar sobre os aspectos sistêmicos de competitividade da economia brasileira;
- ✓ Aumentar a competitividade da indústria e conquistar posições no mundo com base na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Duas frentes:

- ações de inovação incremental, difusão de tecnologia ou resolução de gargalos, que buscam competitividade no curto prazo;
- ações estratégicas de longo prazo para uma melhor inserção internacional, organizadas a partir de grandes projetos e encomendas feitas à empresas líderes e sua cadeia de fornecedores.

10. Articular políticas de CT&I e comércio exterior

- ✓ Atuar decisivamente na superação da valorização cambial, com um regime macroeconômico compatível com as ambições de desenvolvimento do país;
- ✓ Criar externalidades benignas para o setor exportador voltadas para a melhoria da qualidade e o enfrentamento de barreiras técnicas;
- ✓ Fazer opções setoriais e/ou privilegiar segmentos e empresas intensivas em tecnologia, combinando instrumentos horizontais de política com ações setoriais estratégicas que identifiquem oportunidades relevantes para o Brasil no mercado mundial;
- ✓ Superar a completa desarticulação que existe entre a política tecnológica e a política de comércio exterior, inclusive com uma revisão das responsabilidades das agências governamentais e com uma atualização do desenho institucional que dá suporte a estas políticas.

Conclusão

- ✓ Parece claro que é hora de darmos um passo importante no **aprimoramento da pauta de inovação da PDP II**, debatendo o porque da baixa eficácia das políticas;
- ✓ Esta nova agenda precisa ser uma agenda focada no aumento da **competitividade** das empresas e em metas de conteúdos crescente de valor agregado e deve ter uma forte **ênfase no comércio internacional**;
- ✓ Essa agenda pressupõe um forte **protagonismo privado**, com compromissos efetivos e metas a serem acordadas, tanto em termos macro como setoriais;
- ✓ Essa **agenda exige urgência**, pois o mundo se transforma em grande velocidade e o papel que pode ser desempenhado pelo Brasil depende fundamentalmente de nosso empenho em **superar os desafios e nos inserirmos “de vez” na economia global**.

